

Contrato nº 030/2013.

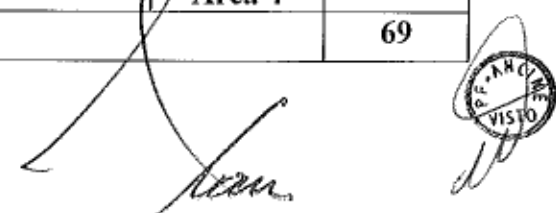
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-FUB PARA A ORGANIZAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

A **AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, autarquia federal de natureza especial, instituída pela Medida Provisória 2228-1, de 6 de setembro de 2001, com Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Graça Aranha, 35, – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 04.884.574/0001-20, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. **MANOEL RANGEL NETO**, nomeado pelo Decreto de 20/05/2009, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2009, inscrito no CPF/MF sob o N.º [REDACTED] Cédula de Identidade N.º [REDACTED] expedida pela SSP/GO, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)**, com sede no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF, criada pela Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961, Decreto nº 500/62, Resolução do Conselho Diretor nº 13/93, Ato de Reitoria nº 1.654/2005, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.038.174/0001-43, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Presidente, Professor **IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade n.º [REDACTED] expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**, Processo nº 01416.000264/2013-77, sob a forma de execução indireta, em conformidade com a **Dispensa de Licitação nº 125/2013**, com base no inciso XIII do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, e demais ordenamentos legais pertinentes, mediante as cláusulas e as condições adiante, que aceitam e se obrigam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – o presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnico-especializados com vistas à organização e à realização do concurso público para provimento de vagas existentes em cargos efetivos do quadro pessoal da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, relacionados a seguir:

Carreira	Cargos	Áreas	Vagas
Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual	Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual	Área 1	41
		Área 2	
		Área 3	
		Área 4	
Analista Administrativo	Analista Administrativo	Área 1	28
		Área 2	
		Área 3	
		Área 4	
Total			69



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, a Proposta de Prestação de Serviço da Contratada, seus Anexos e demais elementos constantes no processo nº 01416.000264/2013-77.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O concurso público far-se-á por meio das seguintes etapas:

- **Primeira etapa**
 - Provas objetivas, para todas as carreiras/cargos/área;
 - Provas discursivas, para todas as carreiras/cargos/área;
 - Avaliação de títulos, para todas as carreiras/cargos/área.
- **Segunda etapa**
 - Curso de formação específico, apenas para todas as áreas do cargo de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prova objetiva, a prova discursiva, a avaliação de títulos, o curso de formação e a perícia médica serão realizados no município do Rio de Janeiro/RJ.

PARÁGRAFO QUARTO – o concurso público mencionado no *caput* desta cláusula será realizado pela **CONTRATADA**, por meio do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB).

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA SEGUNDA – este instrumento é celebrado com dispensa de licitação, tendo por base as disposições do artigo 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, por se tratar a **CONTRATADA** de instituição brasileira, sem fins lucrativos, incumbida estatutariamente da realização de pesquisa e de ensino, com amplo domínio no campo do conhecimento dos trabalhos-objeto deste contrato.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, consoante o art. 10, inciso II alínea “e”, da Lei nº 8666/93, atualizada, e conforme proposta da **CONTRATADA**, que passa a fazer parte integrante deste contrato.

DAS BANCAS EXAMINADORAS

CLÁUSULA QUARTA – o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB), na qualidade de órgão executor deste contrato, incumbe-se de organizar as bancas para a elaboração e correção das provas, devendo o **CONTRATANTE** acatar o critério tradicional da confidencialidade de sua constituição.

PARÁGRAFO ÚNICO – O critério de que trata o *caput* desta cláusula consiste, basicamente, na segurança e no sigilo da seleção quanto a:

- a) Manter-se exclusivamente na alçada do CESPE/UnB a indicação dos nomes dos participantes, internos e externos, que integrem as referidas bancas;
- b) Assegurar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas até o momento de sua aplicação.



DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações das partes as expressamente previstas neste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – a **CONTRATADA** compromete-se a:

1. Realizar o concurso público em conformidade com o objeto do contrato, constante na cláusula primeira e de acordo com o disposto na Proposta de Prestação de Serviços vinculada ao presente contrato;
2. Observar a legislação e as normas aplicáveis ao concurso público, especialmente o edital regedor do certame aprovado pelo **CONTRATANTE**;
3. Elaborar editais, comunicados, formulários, instruções, cadastros e listagens e submetê-los a aprovação do **CONTRATANTE**, comprometendo-se a divulgá-los somente após anuência formal deste, observando o cumprimento dos prazos legais, reservando-se, ainda, no direito de publicar em seu sítio da internet os mencionados atos na hipótese de o **CONTRATANTE** atrasar a publicação ou não autorizar a publicação no prazo estabelecido em cronograma de atividades;
4. Desenvolver sistema computacional para recebimento das solicitações de inscrição e de isenção de taxas de inscrição no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>;
5. Responsabilizar-se pelo processo de inscrição;
6. Divulgar o concurso em conformidade com o **subitem 3.3** da proposta de prestação de serviços;

“3.3 Divulgação do concurso público – O Concurso Público será divulgado na página eletrônica do CESPE/UNB (www.cespe.unb.br), na seção Notícias, e no boletim informativo semanal CESPE Notícias, que tem como público alvo jornalistas especializados na cobertura de concursos e seleções e a comunidade acadêmica em geral. O boletim é enviado todas as segundas-feiras para cerca de 300 endereços de e-mails.

A divulgação também será feita por meio de releases, material que traz informações detalhadas tais como período de inscrições, vagas e cargos do certame, remunerações oferecidas, provas a serem aplicadas durante a seleção e datas de realizações das provas, além de eventuais prorrogações e reaberturas de inscrições. Os textos são enviados para um mailing eletrônico com mais de 2,3 mil contatos de profissionais de imprensa que atuam em sites especializados, jornais, televisões e rádios em âmbito nacional, regional e local. O Centro também se responsabiliza pelo projeto gráfico, pela impressão e pela distribuição dos cartazes, para fins de divulgação do evento. O trabalho de divulgação do concurso é realizado pela equipe da Assessoria Técnica de Comunicação do CESPE/UNB.”

7. Disponibilizar central de atendimento aos candidatos, nos termos da Proposta de Prestação de Serviços, oferecendo atendimento por telefone, e-mail, fax, carta ou pessoalmente – via guichê, em Brasília/DF, além de atendimento diferenciado aos portadores de deficiência, com vistas a proporcionar-lhes as condições necessárias à participação no certame, tais como



salas especiais, provas ampliadas, em braile ou a utilização de leitores, observados os critérios de viabilidade e razoabilidade;

8. Responsabilizar por eventuais isenções de taxas de inscrição concedidas aos candidatos que se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, cujo custeio está incluso, como despesa necessária à execução do concurso público, no valor global constante da cláusula quinta deste contrato;

9. Elaborar projeto computacional específico para a formação do cadastro de dados do concurso público, que envolverá a criação, a produção e o desenvolvimento de sistema computacional de armazenamento dos dados cadastrais, em que serão guardadas todas as informações pertinentes aos candidatos regularmente inscritos. No momento oportuno, proceder-se-á a conferência de todas as informações;

10. Responsabilizar-se pela a criação gráfica, a composição, a personalização e a padronização de todos os formulários de digitalização/interpretação de imagens de documentos, a serem utilizados na seleção, dentro dos padrões exigidos pelos equipamentos de leitura, conforme o **subitem 3.8** da proposta de prestação de serviços;

“3.8 Elaboração e digitalização/interpretação de imagens de formulários – Sob a responsabilidade do CESPE/UNB estarão a criação gráfica, a composição, a personalização e a padronização de todos os formulários de digitalização/interpretação de imagens de documentos, a serem utilizados na seleção, dentro dos padrões exigidos pelos equipamentos de leitura.

E, ainda, a criação e o desenvolvimento do sistema computacional próprio para a leitura e a impressão de formulários, que será feita em papel especial, os quais serão conferidos, separados e acondicionados.”

11. Elaborar os instrumentos de avaliação, conforme o **subitem 3.10** da proposta de prestação de serviços;

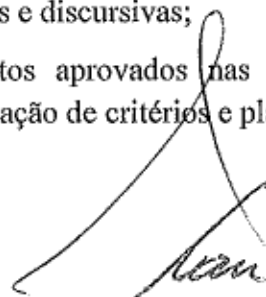
12. Elaborar **oito provas objetivas**, uma para cada carreira/cargo/área, as quais serão compostas por 120 (cento e vinte) itens, sendo 50 itens de conhecimentos básicos e 70 itens de conhecimentos específicos. Os itens serão agrupados por comandos que devem ser respeitados, havendo apenação para cada dois itens cuja resposta divirja dos gabaritos oficiais;

13. Elaborar **oito provas discursivas**, uma para cada carreira/cargo/área que consistirão de duas dissertações de até 20 (vinte) linhas cada, acerca de matérias constantes dos objetos de avaliação,

14. Corrigir as provas discursivas dos candidatos aprovados e classificados nas provas objetivas em até 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas, respeitados os empates na última posição

15. Revisar, compor, imprimir e acondicionar as provas objetivas e discursivas;

16. Realizar avaliação de títulos, somente para os candidatos aprovados nas provas discursivas até 2 (duas) vezes o número de vagas, mediante a elaboração de critérios e planilhas de avaliação de títulos, observadas as regras constantes do edital;

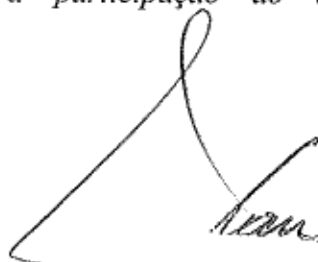



17. Realizar o **Curso de Formação**, o qual será ministrado para até 41 (quarenta e um) candidatos aprovados na primeira etapa do concurso nas áreas do cargo de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual. O referido curso terá carga horária de até **160 horas**, será realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na modalidade presencial, em tempo integral e com atividades que poderão ser desenvolvidas nos turnos diurno e noturno, inclusive sábados, domingos e feriados.

17.1 As responsabilidades da **CONTRATADA** quanto ao Curso de Formação são as constantes no subitem 5.4 da Proposta de Prestação de Serviços;

“5.4 Das obrigações do CESPE/UnB, no curso de formação: Para a organização e a realização do curso de formação, serão de responsabilidade do CESPE/UnB as atividades elencadas a seguir.

- *elaborar, em conjunto com essa Agência, a proposta metodológica do curso de formação;*
- *definir, em conjunto com a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), o conteúdo de cada disciplina do curso de formação, o qual tomará por base os fundamentos teóricos e legais, bem como os procedimentos técnicos adotados pela instituição;*
- *contratar os instrutores do curso de formação;*
- *proceder à convocação dos candidatos para o curso de formação via internet, na página do CESPE/UnB;*
- *efetivar as matrículas do curso de formação;*
- *responsabilizar-se pela elaboração (em conjunto com os instrutores), diagramação, impressão, encadernação e distribuição do material, que incluirão roteiros de estudos de casos, estudo dirigido, resenhas, questionários etc. a serem utilizados durante o curso de formação;*
- *elaborar e distribuir o “Manual de Informações ao Candidato”;*
- *providenciar coffee-break, para os candidatos na abertura do curso de formação;*
- *fornecer kit com pasta, bloco de notas, caneta esferográfica preta, crachás de identificação;*
- *fornecer toda a infraestrutura logística e de pessoal necessários para recepcionar e coordenar o ingresso dos candidatos às aulas;*
- *fornecer os seguintes equipamentos com vistas à realização do curso de formação: computadores/projetores multimídia, TV/vídeo, filmes, retroprojetor, impressoras etc.;*
- *elaborar e aplicar, durante o curso de formação, uma ficha de avaliação do processo, que contemplará os conteúdos/atividades desenvolvidas; os objetivos específicos previstos/alcançados; o desempenho dos instrutores/palestrantes; a metodologia; os recursos didáticos; a participação do aluno e a organização/coordenação geral do curso;*




- *responsabilizar-se pela elaboração, diagramação, impressão, armazenamento e distribuição da prova objetiva (constituída de itens para julgamento) a ser aplicada ao final do curso de formação, de acordo com os conteúdos ministrados durante o curso, observados os devidos procedimentos de sigilo e segurança; e*
- *responsabilizar-se pelo acatamento dos recursos referentes à aplicação da prova objetiva, bem como pela elaboração de respostas a esses recursos.*

18. Responsabilizar-se pela locação de espaço físico e contratação dos médicos especialistas que irão compor a junta médica responsável pela realização da perícia, que verificará se o candidato se enquadra ou não como portador de deficiência, nos termos das categorias definidas pelo art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004 e da Súmula 377 do STJ;

19. Convocar, para a perícia médica, todos os candidatos que se declararam portadores de deficiência aprovados no concurso e será realizada no município do Rio de Janeiro antes da liberação do edital do resultado final do certame;

20. Prestar assessoria técnica ao **CONTRATANTE** em relação ao objeto deste contrato;

21. Providenciar locação de espaço físico, organização, logística e todas as operações concernentes à aplicação objetiva dos instrumentos de avaliação da primeira etapa do concurso, atendendo o disposto no **subitem 3.12** da proposta de prestação de serviços;

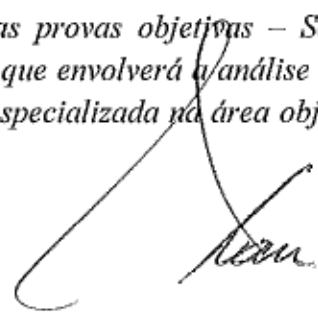
"3.12 Logística para a aplicação dos instrumentos de avaliação – O CESPE/UNB se responsabilizará pelos serviços especializados indispensáveis à aplicação dos instrumentos de avaliação, como a alocação de recursos humanos e materiais e a cessão de espaço físico. Toda a equipe envolvida na logística de aplicação receberá treinamento específico.

Além disso, ficará a cargo do Centro o desenvolvimento de toda a logística necessária ao deslocamento dos instrumentos de avaliação até o destino final, bem como a guarda de todo o material até o momento da efetiva aplicação das provas e a organização e sinalização dos locais onde serão aplicados os instrumentos de avaliação.

No dia da realização das provas, o CESPE/UNB poderá utilizar detectores de metais, a fim de garantir a segurança dos candidatos e a lisura do concurso. Será adotado mecanismo de segurança de identificação do candidato que permita, no momento da convocação da posse, a análise e a emissão de laudo técnico para comprovar se o candidato é o mesmo que realizou as provas."

22. Julgar os recursos administrativos interpostos por candidatos, subsidiar as respostas às ações judiciais propostas em desfavor da **CONTRATANTE** e responder as que em seu desfavor sejam propostas, ambas referentes aos instrumentos de avaliação, em um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, ressalvados os casos em que os prazos judiciais máximos exigirem prazo inferior, tudo em conformidade com o **subitem 3.14** da proposta de prestação de serviços;

"3.14 Recursos contra gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas – Será previsto o recebimento de recursos das provas objetivas, o que envolverá a análise e a elaboração de respostas por meio de banca examinadora especializada na área objeto de avaliação, segundo procedimentos descritos a seguir.

Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br, em data determinada no caderno de provas.

O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de dois dias para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas no momento da divulgação dos gabaritos. Para essa etapa, o CESPE/UNB desenvolverá um Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que deverá ser utilizado pelo candidato de acordo com as instruções descritas.

No intuito de dar maior transparência ao concurso, facilitando a eventual interposição de recursos por parte dos candidatos, o Centro disponibilizará aos candidatos o caderno de provas no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

Vale destacar que, se do exame de recursos resultar anulação de item integrante das provas, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.”

23. Serão encaminhados os resultados do concurso após a devida análise dos recursos pertinentes aos instrumentos de avaliação, em listagens e relatórios (elaborados em Excel (xls) ou outro *software* a ser definido por acordo entre as partes), via mídia digital, de acordo com as especificações contidas no **subitem 3.15** da proposta de prestação de serviços;

“3.15 Resultados e relatórios – Serão encaminhados os resultados do concurso após análise dos recursos pertinentes às provas objetivas, em listagens e relatórios (elaborados em Excel ou outro software a ser definido por acordo entre as partes), via mídia digital, de acordo com as especificações a seguir:

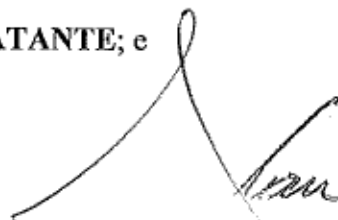
- *Relação em ordem alfabética e em ordem de classificação com as notas de todos os candidatos e a sua respectiva situação no concurso público;*
- *Relatório com os dados pessoais (nome, número de inscrição, endereço, telefone, etc.) dos candidatos aprovados, para convocação e posse.*

Os relatórios e listagens serão encaminhados no prazo de até 15 dias após o resultado final do concurso público.”

24. Utilizar seus servidores na execução dos serviços ora contratados, podendo, de acordo com as necessidades, fazer outras contratações por sua exclusiva iniciativa e responsabilidade, na forma da lei, notadamente, as previstas no artigo 10, inciso II, alínea "d"; art. 13; art. 24, inciso II, e art. 25 da Lei nº 8.666/93;

25. Remunerar seus servidores, colaboradores e prestadores de serviço de acordo com a legislação em vigor, se servidores, especialmente em acordo com o art. 76-A da Lei nº. 8.112/90, no que couber ao Acórdão do TCU – Plenário 3005 de 11/12/2009, cominado com o Decreto Federal nº 6.114/07;

26. Entregar o resultado final do certame ao **CONTRATANTE**; e




27. Guardar em local apropriado pelo prazo de um ano, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 7144/83, o cadastro dos candidatos inscritos, as folhas de respostas, as folhas de frequência e as demais planilhas de todos os candidatos, bem como os exemplares de todas as provas aplicadas no concurso; após esse prazo, encaminhar o material relativo às folhas de respostas para o **CONTRATANTE**, para que fique sob a sua responsabilidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE compromete-se a:

1. Fornecer todas as informações necessárias à elaboração do concurso, tais como a legislação atinente ao concurso, número de vagas, descrição do cargo com indicação da localização das vagas, remuneração, requisitos para provimento, bem como, outras informações relevantes ao concurso público;

2. Responsabilizar-se pelo envio e o ônus das publicações, no *Diário Oficial da União*, de todos os editais referentes ao concurso e, ainda, as listagens, os comunicados e quaisquer materiais pertinentes ao concurso, inclusive a lista dos aprovados, nos termos das exigências legais, conforme o estabelecido no **subitem 4.1** da proposta de prestação de serviços;

“4.1 Publicação no Diário Oficial da União – Serão de responsabilidade da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) o envio e o ônus das publicações, no Diário Oficial da União, de todos os editais referentes ao concurso e, ainda, as listagens, os comunicados e quaisquer materiais pertinentes ao concurso, inclusive a lista dos aprovados, nos termos das exigências legais.

A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) deverá abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência do CESPE/UNB.”

3. Articular-se com a **CONTRATADA**, quanto às datas relativas às atividades constantes deste Contrato, e fazer cumprir o respectivo cronograma;

4. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos por meio de representantes devidamente credenciados, que se encarregarão dos contatos com a **CONTRATADA** para esclarecimento de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste Contrato;

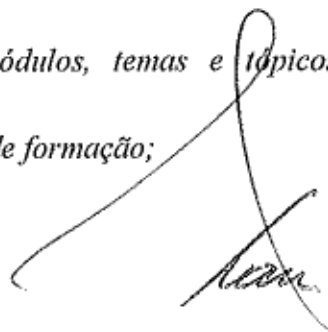
5. Abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência da **CONTRATADA**;

6. Estabelecer, em conjunto com o CESPE/UnB, os critérios para a valoração dos títulos;

7. As responsabilidades da **CONTRATANTE** quanto ao Curso de Formação são as constantes no subitem 5.5 da Proposta de Prestação de Serviços;

5.5 Das obrigações da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), no curso de formação: Para a organização e a realização do curso de formação, serão de responsabilidade da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) as atividades elencadas a seguir.

- *participar de forma integrada do planejamento e da execução do curso de formação;*
- *apresentar a ementa do curso em seus módulos, temas e tópicos para desenvolvimento do CESPE/UnB;*
- *locar espaço físico para a realização do curso de formação;*

- *proporcionar as facilidades necessárias para que o CESPE/UnB possa executar os serviços descritos nesta proposta dentro das normas estabelecidas;*
- *acompanhar a execução do curso e respectivo cronograma, mantendo contato permanente com o CESPE/UnB, a fim de obter melhores resultados com o programa e realizar possíveis adequações;*
- *indicar os instrutores, de acordo com o perfil do curso de formação e as solicitações do CESPE/UnB, para as disciplinas que se fizerem necessárias. Caso os instrutores indicados sejam residentes fora do Rio de Janeiro/RJ a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) arcará com as eventuais despesas referentes ao deslocamento, à alimentação e à hospedagem desses instrutores;*
- *enviar a relação dos instrutores indicados (nome, e-mail, telefones e endereço) que ministrarão as aulas, por meio de ofício dirigido ao Diretor-Geral do CESPE/UnB, sessenta dias antes da data prevista para a divulgação do edital da primeira convocação para o curso de formação;*
- *notificar o CESPE/UnB a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;*
- *franquear aos profissionais responsáveis pela execução dos serviços o acesso a documentos e arquivos, respeitados os critérios de sigilo aplicáveis; e*
- *apresentar as palestras (dirigentes) relativas à parte institucional do órgão (política, missão, estrutura, organograma etc.);*
- *informar aos candidatos sobre os procedimentos para admissão/contratação; e*
- *efetuar o pagamento do auxílio financeiro aos participantes do curso de formação, se for o caso.*

8. Indicar servidores, atuantes na área correspondente ao cargo oferecido, para compor a equipe multiprofissional, que estará a cargo da **CONTRATADA**, responsável pela perícia médica dos candidatos portadores de deficiência. A indicação será feita mediante solicitação da **CONTRATADA**;

9. Solicitar informações à **CONTRATADA** via ofício, endereçado ao Diretor-Geral do CESPE/UnB, que subsidiarão as respostas aos recursos administrativos e às ações judiciais propostas em desfavor do **CONTRATANTE**, os quais serão respondidos em um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, ressalvados os casos em que os prazos judiciais máximos exigirem prazo inferior, de acordo com a natureza da Ação Judicial;

10. Proporcionar as facilidades necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar os serviços descritos neste contrato dentro das normas estabelecidas;

11. Compartilhar com a **CONTRATADA** os ônus decorrentes de eventual reaplicação de prova quando os fatos motivadores não forem imputados a nenhuma das partes deste Contrato;

12. Cumprir com todas as obrigações contratuais, sob pena de rescisão contratual e pagamento de perdas e danos à **CONTRATADA** e pelos serviços até então realizados;

13. Notificar a **CONTRATADA** a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; e

14. Homologar o resultado final do concurso.

DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATADA compromete-se a organizar e executar as atividades relativas aos serviços técnico-especializados descritos neste contrato pelo valor arrecadado com as taxas de inscrição, considerando o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As taxas de inscrição serão fixadas de acordo com os valores abaixo.

- Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual: R\$ 105,00 (cento e cinco reais);
- Analista Administrativo: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os valores das taxas de inscrição serão depositados na conta única do Tesouro Nacional do Banco do Brasil, agência: 1607-1, conta corrente: 170.500-8, código identificador: 1540791525728883-7.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso o valor referente à arrecadação das taxas de inscrição ultrapasse o quantitativo correspondente ao universo de 40.000 inscrições efetivadas, o CESPE/UnB compromete-se a reverter ao Tesouro Nacional 10% (dez por cento) do montante excedente do referido valor. Para tanto, serão abatidos os valores gastos com as isenções das taxas de inscrição.

PARÁGRAFO QUARTO – O fechamento oficial do quantitativo de inscrições efetivadas será encaminhado até 30 dias após a aplicação das provas objetivas, tendo em vista as possíveis inclusões de inscrições devido ao envio extemporâneo de arquivos bancários.

PARÁGRAFO QUINTO – O valor global do contrato corresponderá ao total arrecadado com o pagamento das taxas de inscrições, sobre o qual incidirão as penalidades do presente contrato.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA– Este contrato vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no *Diário Oficial da União*, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

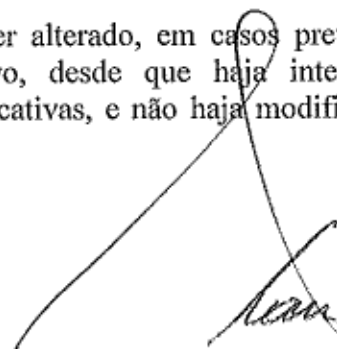
PARÁGRAFO ÚNICO – Obedecido ao prazo estipulado no *caput* desta cláusula, considerar-se-ão ultimados os referidos serviços tão logo haja a homologação do resultado final do concurso público.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA – O presente Contrato poderá ser alterado, em casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, e não haja modificação de seu objeto, conforme legislação vigente.



DA FISCALIZAÇÃO



CLÁUSULA NONA – No curso da execução dos serviços e em sua entrega, caberá ao **CONTRATANTE** fiscalizar o cumprimento da execução do objeto, conforme as especificações exigidas, com vistas ao recebimento a contento do objeto deste Contrato, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** estará a cargo de responsável, a ser designado, para acompanhamento dos serviços objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONTRATANTE** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das penalidades cabíveis ao caso, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

DAS PENALIDADES NA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA- O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato, por culpa exclusiva da **CONTRATADA** sujeitará esta às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A multa prevista no artigo 86 e no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 será de 5% para a inexecução total e de 2,5% para a inexecução parcial, calculada sobre o *quantum* arrecadado com as taxas de inscrição.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – As partes não responderão pelo descumprimento das obrigações ou prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, caso em que, qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O período de interrupção dos serviços, decorrentes de eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior, será acrescido ao prazo contratual.


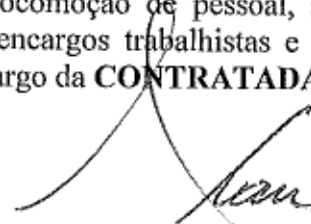
PARÁGRAFO SEGUNDO – Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas conseqüências.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Durante o período impeditivo definido no parágrafo segundo, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.

PARÁGRAFO QUARTO – Se a razão impeditiva ou as suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente Contrato, sob as condições idênticas às estipuladas no parágrafo terceiro.

DOS ÔNUS E ENCARGOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da **CONTRATADA**.



DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATADA** poderá requerer a revisão dos preços por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, no caso de haver alterações nas características das aplicações, bem como na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual devendo ser aplicada a teoria da imprevisão visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993, ON-AGU nº 22/2009 e artigo 37, inciso XXI, da CRFB/88.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no *Diário Oficial da União*, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77, 78, incisos I a VIII, XII e XVII, artigo 79 da Lei nº 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão do Contrato poderá ser:

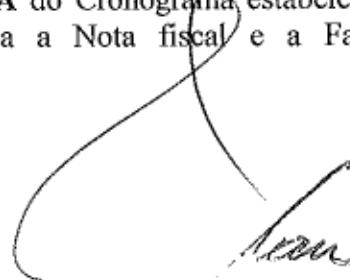
- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de trinta dias;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de ato escrito e fundamentado da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até data de rescisão.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso o presente Contrato venha a ser rescindido, suspenso ou adiado unilateralmente pela **CONTRATANTE** por razões supervenientes ao presente termo, esta deverá arcar com todas as despesas até então efetivadas pela **CONTRATADA** com a realização dos serviços executados, incluindo as despesas com a devolução do valor de inscrição dos candidatos, devendo se valer a **CONTRATADA** do Cronograma estabelecido entre as partes, apurados os custos respectivos e emitida a Nota fiscal e a Fatura correspondentes aos valores despendidos.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Instrumento Contratual, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, em obediência ao que dispõe a Lei nº 8.666/93 e o art. 109, inciso I, da Constituição Federal Brasileira de 1988.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2013.

[Handwritten Signature]
MANOEL RANGEL
 Diretor-Presidente-ANCINE
CONTRATANTE

[Handwritten Signature]
IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO
 Presidente – FUB
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: *Alne Mendonça Souza*
 RG: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]
Alne Mendonça Souza
 RG: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]

Nome: *Verônica Oliveira da Silva*
 RG: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]
Verônica Oliveira da Silva
 RG: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]



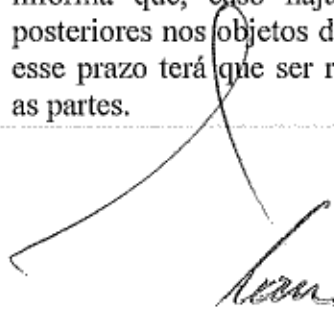
ANEXO I

Cronograma

O cronograma de execução do concurso público será estabelecido por acordo entre as partes. Após a aprovação do cronograma de execução, em caso de eventuais atrasos no cumprimento dos prazos, ocorridos independentemente da vontade das partes, será feita a compensação em número de dias de atraso.

O CESPE/UnB solicita a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), que sejam observados os prazos iniciais relacionados abaixo, caso este Centro seja escolhido como executor do certame.

Atividade	Previsão, em dias úteis
<ul style="list-style-type: none"> ☒ Envio da documentação abaixo: <ul style="list-style-type: none"> ☒ Minuta de contrato; ☒ Sugestão do cronograma de execução em dias; e ☒ Objetos de avaliação para validação dessa instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ☒ Até 10 dias úteis após o aceite formal por essa instituição da proposta de prestação de serviços encaminhada por este Centro.
<ul style="list-style-type: none"> ☒ Previsão de agendamento de reunião com representantes da Coordenadoria Acadêmica deste Centro para fechamento dos objetos de avaliação ou validação imediata dos objetos de avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> ☒ Até 10 dias úteis após o envio dos objetos de avaliação por este Centro ou pelo cliente. O CESPE/UnB informa que, caso haja alterações posteriores nos objetos de avaliação, esse prazo terá que ser revisto entre as partes.
<ul style="list-style-type: none"> ☒ Envio do cronograma, com datas, e da minuta do edital de abertura do certame para avaliação e validação dessa instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ☒ Até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.
<ul style="list-style-type: none"> ☒ Devolução da minuta de edital de abertura avaliada por essa instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ☒ Até 5 dias úteis após o envio da minuta por este Centro.
<ul style="list-style-type: none"> ☒ Publicação do edital de abertura do certame. 	<ul style="list-style-type: none"> ☒ Até 8 dias úteis após a devolução da minuta do edital de abertura avaliada por essa instituição.
<ul style="list-style-type: none"> ☒ Previsão de aplicação das provas objetivas e da prova discursiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ☒ As provas objetivas e a prova discursiva poderão ser realizadas, no mínimo, 60 dias após a publicação do edital de abertura e de acordo com a disponibilidade de agenda deste Centro. O CESPE/UnB informa que, caso haja alterações posteriores nos objetos de avaliação, esse prazo terá que ser revisto entre as partes.



implantação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49, e Jair Antônio Pegorin Miller - Gerente Geral do Centro de Serviços e Logística do Rio de Janeiro do Banco do Brasil, CPF: 789.699.307-44.

Processo nº 01200.001624/2013-39
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0110-14, com sede em Brasília DF.
Objeto: O Banco do Brasil dá em comodato a área e 4m² do imóvel, localizado à Rua Amaro Souto, 2125, Centro, Rosário do Sul - RS, de propriedade do Banco do Brasil a ser utilizada para a instalação e manutenção das Plataformas Automáticas para Coleta de Dados Fisiométricos - PCDs no CEMADEN, a fim de permitir a implantação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49, e Felisiano Rellan Menezes de Ávila - Gerente Geral da Agência de Rosário do Sul (RS), CPF: 303.490.010-49.

Processo nº 01200.001623/2013-39
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília DF.
Objeto: O Banco do Brasil dá em comodato a área e 2m² do imóvel em área aberta, localizado à Rua Sousa Silva, 144, Bairro Súde, Rio de Janeiro - RJ, de propriedade do Banco do Brasil a ser utilizada para a instalação e manutenção das Plataformas Automáticas para Coleta de Dados Fisiométricos - PCDs no CEMADEN, a fim de permitir a implantação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49, e Jair Antônio Pegorin Miller - Gerente Geral do Centro de Serviços e Logística do Rio de Janeiro do Banco do Brasil, CPF: 789.699.307-44.

Processo nº 01200.001623/2013-39
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília DF.
Objeto: O Banco do Brasil dá em comodato a área e 4m² do imóvel localizado à Rua Nereu Ramos, 222, Centro, São João Batista - SC, de propriedade do Banco do Brasil a ser utilizada para a instalação e manutenção das Plataformas Automáticas para Coleta de Dados Fisiométricos - PCDs no CEMADEN, a fim de permitir a implantação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 27/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49, e Bruno Campagnolo Neto - Gerente Geral UN da Dependência São João Batista (SC), CPF: 006.965.729-74.

Processo nº 01200.001624/2013-83
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília - DF e o Sr. João de Almeida Lima Filho, residente e domiciliado a rua Sarambá, 27-Q H, São Francisco, Rio Branco - AC, inscrito no CPF sob o nº 033.804.608-93.
Objeto: O Banco do Brasil é locatário do imóvel localizado na Av. Ceará, 2412, Bosque, Rio Branco - AC, de propriedade do Sr. João de Almeida Lima Filho, com quem mantém contrato de locação, com vigência até 09/07/2015. Assim, o Banco do Brasil cede em comodato ao CEMADEN, com pleno consentimento do proprietário, cuja área total encontra-se descrita no contrato de locação.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 26/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49; Mileyu Santos - Gerente de Área do CSL Belém, Plataforma Manaus, CPF: 345.686.112-53; João de Almeida Lima Filho, CPF: 033.804.608-93, proprietário do imóvel.

Processo nº 01200.001624/2013-83
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e

Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/7280-34, com sede em Brasília DF e Prefeitura Municipal de Gurupá, inscrito no CNPJ sob o nº 04.876.397/0001-30, com sede na Av. São Benedito, s/n, Centro, Gurupá - PA.
Objeto: O Banco do Brasil é locatário do imóvel localizado na Av. São Benedito, s/n, Centro, Gurupá - PA, de propriedade da Prefeitura Municipal de Gurupá, com quem mantém contrato de locação, com vigência até 09/07/2017. Assim, o Banco do Brasil cede em comodato ao CEMADEN, com pleno consentimento do proprietário, 4m² da área do imóvel.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49; José Maria da Silva Rodrigues - Gerente Geral, CPF: 126.314.342-34 e Adriana de Jesus de Andrade Calvino - Gerente de Área do Centro de Serviços de Logística Belém - PA, CPF: 300.145.652-34; Manoel Moisés Gonçalves Alho - Prefeito de Gurupá, CNPJ 04.876.397/0001-30.

Processo nº 01200.001624/2013-83
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília - DF e o Sr. Arnaldo Cristofolini, inscrito no CPF sob o nº 105.209.709-00 e Sra. Lídia Bastiani Cristofolini, inscrita no CPF sob o nº 660.543.629-68.
Objeto: O Banco do Brasil é locatário do imóvel localizado na rua Santa Inácio, 400, Centro, Nova Trento - SC, de propriedade dos anônimos, com quem mantém contrato de locação, com vigência até 16/12/2017. Assim, o Banco do Brasil cede em comodato ao CEMADEN, com pleno consentimento do proprietário 4m² de área.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49; Gabriel Augusto Vieira - Gerente Geral da Agência 2356-6 Nova Trento (SC): 867.536.909-30; Arnaldo Cristofolini, CPF: 105.209.709-00 e Lídia Bastiani Cristofolini, CPF: 660.543.629-68 - proprietários do imóvel.

Processo nº 01200.001624/2013-83
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0011-91, com sede em Brasília - DF e o Sr. Pericles Haddad Crelier, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, CI nº 04740265-6, JF, inscrito no CPF sob o nº 629.360.857-72.
Objeto: O Banco do Brasil é locatário do imóvel localizado na Rua Nicarguan, nº 436, Penha, Rio de Janeiro - RJ, de propriedade do Sr. Pericles Haddad Crelier, com quem mantém contrato de locação, com vigência até 25/03/2014. Assim, o Banco do Brasil cede em comodato ao CEMADEN, com pleno consentimento do proprietário, 2m² da área.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49, e Jair Antônio Pegorin Miller - Gerente Geral do Centro de Serviços e Logística do Rio de Janeiro do Banco do Brasil, CPF: 789.699.307-44, e Pericles Haddad Crelier - Proprietário do imóvel, CPF: 629.360.857-72.

Processo nº 01200.001624/2013-83
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília - DF e a Sra. Maria Irene Duarte da Fonseca, representada por seus herdeiros Fernando Nelson da Fonseca, residente e domiciliado na Av. Ivan Múdin, s/n, 3256, Boqueirão, Maricá - RJ, CI nº RNEUV70667-0, inscrito no CPF sob o nº 011.3985.997-20, Maria Regina Gonçalves da Fonseca, residente e domiciliada no Rio de Janeiro - RJ, CI 029213612, inscrito no CPF sob o nº 591.973.517-00, e José Fernando Gonçalves da Fonseca, residente em Maricá - RJ, CI 040638199, inscrito no CPF sob o nº 609.800.207-06.
Objeto: O Banco do Brasil é locatário do imóvel localizado na Praça Barão da Tapassá, 04, Praça Seca, Jacarepaguá, Rio de Janeiro (RJ), de propriedade dos anônimos, com quem mantém contrato de locação, com vigência até 02/10/2015. Assim, o Banco do Brasil cede em comodato ao CEMADEN, com pleno consentimento dos proprietários, 523,99 m² da área do imóvel.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 28/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49; Jair Antônio Pegorin Miller - Gerente Geral do Centro de Serviços e Logística do Rio de Janeiro do Banco do Brasil, CPF: 789.699.307-44; Fernando Nelson da Fonseca CPF: 001.5985.997-20, Maria Regina Gonçalves da Fonseca, CPF: 591.973.517-00, José Fernando Gonçalves da Fonseca CPF: 609.800.207-06, proprietários do imóvel.

Processo nº 01200.001624/2013-83
Espécie: Comodato, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.132.745.0001-00, com sede à Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília - DF e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, órgão do MCTI, e, de outro, o Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília DF e o Sr. Jandir Antônio Duncka, inscrito no CPF sob o nº 168.955.419-34.
Objeto: O Banco do Brasil é locatário do imóvel localizado na Av. Jorge Lacerda, Vidal Ramos - SC, de propriedade do Sr. Jandir Antônio Duncka, com quem mantém contrato de locação, com vigência até 18/10/2017. Assim, o Banco do Brasil cede em comodato ao CEMADEN, com pleno consentimento do proprietário, 2m² da área.
Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 26/06/2013 - Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, CPF: 738.128.978-49; Marco Aurélio Rodrigues - Gerente Geral da Agência Vidal Ramos (SC), CPF: 494.175.929-04; e Jandir Antônio Duncka - Proprietário do imóvel, CPF: 168.955.419-34.

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 10/2013

A Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos do Ministério da Cultura, através de sua Pregoeira, torna público o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2013, referente à aquisição de solução de armazenamento e cópia de segurança de dados - STORAGE. Sagrou-se vencedora a empresa: NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME - CNPJ: 09.053.350/0001-90. A Ata com resultado da licitação encontra-se disponível aos interessados no site: www.comprasnet.gov.br

LIDIA DINIZ TAVEIRA
Pregoeira

(SIEDC - 20/08/2013) 420001-00001-2013NE800043

PREGÃO Nº 11/2013

A Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos do Ministério da Cultura, por intermédio do seu Pregoeiro torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 11/2013, referente à aquisição de (um) veículo de representação e 1 (um) veículo de transporte institucional para o Ministério da Cultura em Brasília-DF. Sagrou-se vencedora a Empresa PEUGEOT - CITROEN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº:67.405.936/0001-73. A Ata com o resultado da Licitação encontra-se disponível no site: www.comprasnet.gov.br

VALMIR JOSÉ FERREIRA
Pregoeiro

(SIEDC - 20/08/2013) 420001-00001-2013NE800043

PREGÃO Nº 12/2013

A Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos do Ministério da Cultura, através de sua Pregoeira, torna público o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº 12/2013, referente à aquisição de solução de segurança unificada para proteção de dados de trabalho, dispositivos móveis, servidores de rede e outros. Sagrou-se vencedora a empresa: ISH TECNOLOGIA S/A - CNPJ: 01.707.536/0001-04, para os grupos 01 e 02. A Ata com resultado da licitação encontra-se disponível aos interessados no site: www.comprasnet.gov.br

ANISIA BATISTA OLIVEIRA DE ABREU
Pregoeira

(SIEDC - 20/08/2013) 420001-00001-2013NE800043

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2013 - UASG 203003

Nº Processo: 01416000264201377.
DISPENSA Nº 125/2013 Contratante: AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - CNPJ Contratado: 00038174000143. Contratado: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA-Objeto: Prestação de serviços técnicos-especializados com vistas à organização e à realização do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro pessoal da Agência Nacional do Cinema - ANCINE. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais ordenamentos legais pertinentes. Vigência: 20/08/2013 a 19/08/2015. Valor Total: R\$0,01. Data de Assinatura: 20/08/2013.

(SICON - 20/08/2013) 203003-20203-2013NE800017

